



Organizadores

Maria Nélide González de Gómez
Rodrigo Rabello





Organizadores
Maria Nélida González de Gómez
Rodrigo Rabello

Apresentação de Lena Vania Ribeiro Pinheiro
Prefácio de Rafael Capurro

Brasília, DF
2017



2017 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
(Ibict)

Editores científicos

Maria Nélda González de Gómez
Rodrigo Rabello

Editor executivo

Ramón Martins Sodoma da Fonseca

Editoras assistentes

Davilene Ramos Chaves
Gislaine Russo de Moraes Brito

Revisão gramatical e visual

Margaret de Palermo Silva

Normalização de referências

Priscilla Mara Bermudes Araújo

Ficha catalográfica

Wilians Juvêncio da Silva – CRB-1/3140

Capa

Rodrigo Azevedo

Projeto gráfico

Mariela Muruga – Projeto gráfico

143 Informação: agentes e intermediação / Maria Nélda González de Gómez e Rodrigo Rabello
(organizadores). – Brasília/DF: IBICT, 2017.
397 p.; 23 cm. il.

Coletânea de textos concebida e elaborada como parte das atividades de pesquisa realizadas
por Rodrigo Rabello e supervisionadas por Maria Nélda González de Gómez, no âmbito do
Programa de Pós-Doutorado do IBICT.

Apresentação de Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

Prefácio de Rafael Capurro.

ISBN: 978-85-7013-107-2

1. Informação. 2. Sujeito. 3. Intermediação. 4. Ciência da Informação. I. González de Gómez,
Maria Nélda (org.). II. Rabello, Rodrigo (org.). III. Pinheiro, Lena Vania Ribeiro. IV. Capurro, Rafael.
V. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. VI. Título.

CDU: 025.5

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Setor de Autarquias Sul (SAUS) - Quadra 05
Lote 06 Bloco H – 5º Andar
Cep: 70070-912 – Brasília, DF
Telefones: 55 (61) 3217-6360
55 (61) 3217-6350
www.ibict.br

Rua Lauro Muller, 455 - 4º Andar - Botafogo
Cep: 22290-160 – Rio de Janeiro, RJ
Telefones: 55 (21) 2275-0321 Fax: 55 (21) 2275-3590
<http://www.ibict.br/capacitacao-e-ensino/pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao>
<http://www.ppgci.ufrj.br>

SUJEITO e agência informacional: comportamento, prática e ação¹⁹

Rodrigo Rabello

Considerando demandas informacionais contemporâneas, relaciona abordagens de agência informacional de modo a trazer luz a concepções de sujeito na ciência da informação. Identificam-se aspectos que transcendem ao contexto intermediador tocante ao sistema de informação, que parte do pressuposto de atores estritos como profissional e usuário de informação, de modo a admitir outros sujeitos influentes em políticas informacionais e que atuam em dessemelhantes regimes de informação. Para tanto, consideram-se desafios informacionais e teóricos contemporâneos e investigam-se agências informacionais (comportamento, prática e ação) identificando aspectos convergentes e divergentes. Observa-se que o construto “ação de informação” tem se apresentado como alternativa que tem comportado novos objetos de estudo – como a validação da informação à luz dos distintos estratos informacionais – ao considerar, entre outros aspectos, uma noção ampla de sujeito e a convivência de diferentes formas de agência informacional.

¹⁹ Parte dos resultados da pesquisa de pós-doutorado intitulada “Usuário, informação e ciência e tecnologia: aspectos comunicativos e institucionais em um modelo sociotécnico emergente” finalizada em 2012 no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Nélide González de Gómez. A pesquisa manteve relação com a investigação do tema “Estudo de usuários” – inserido no Projeto Institucional “Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias da Informação e da Comunicação para Consolidar a Sociedade da Informação e do Conhecimento” (2011-2013), sendo executado no âmbito do Programa de Capacitação Institucional do IBICT (PCI/IBICT) – recebendo o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo individual: n.301053/2011-1.

Esta investigação objetiva relacionar diferentes abordagens de agência com vistas a apontar para possíveis perspectivas sobre a noção de sujeito no campo da ciência da informação. O horizonte com o qual se trabalha é complementar à perspectiva tradicional que considera sujeitos em contextos de agências informacionais restritos à resolução de problemas em sistemas de informação. Sob um prisma integrador entre sujeito e agência, busca-se apresentar um caminho teórico que tem se revelado profícuo para a criação de objetos de estudo – como é o caso da validação da informação –, mas que também pode descentralizar conceitos péticos na ciência da informação como usuário, profissional e, por conseguinte, sistema de informação.

Com o objeto validação da informação poder-se-á considerar, por exemplo, um universo pragmático com o qual se considera a atuação de sujeitos com singulares “autoridades cognitivas”, como em contextos de autoria, de edição, de certificação da informação, de publicação, dentre outros, ou em “comunidades epistêmicas” específicas, como em campos da ciência, da arte, dentre outros, sem deixar de mencionar os grupos particulares constituídos por sujeitos que interferem diretamente no âmbito da política e da ética, como os representantes de governos e/ou de setores econômicos que orientam e/ou definem regras e normas de alcance, por vezes, global.

Com isso abre-se margem para uma abordagem complementar ou descentralizada àquela aporética com foco no funcionamento ou na funcionalidade de sistemas. Naquele caso, podem ser considerados problemas em diálogo com dimensões teóricas e filosóficas de modo a perfilar linhas investigativas tocantes à ciência básica ou fundamental sobre fenômenos informacionais contemporâneos passíveis (e, por vezes, prementes) de serem investigados.

Nessa direção, traz-se uma alternativa à concepção tradicional estrita da ciência da informação, não aderindo ao pesquisador incumbência de produzir ou aplicar conhecimentos técnicos em contextos práticos de intermediação e de uso da informação.

A reflexão aqui ensaiada soma-se a outros resultados da pesquisa de pós-doutorado (RABELLO, 2012) publicados recentemente em dois textos. Enfatizou-se, no primeiro deles, a identificação da limitação de noções de sistema, tocante às leituras sobre usuário e uso da informação no cenário internacional da ciência da informação (RABELLO, 2013a). O segundo pôs em evidência alguns limites de um modelo teórico tradicional que considera, de antemão, a imprescindibilidade da noção de sistema de informação, bem como o modelo teórico que emerge e que vem apontando para a possibilidade de investigações cujo escopo pode abranger uma concepção ampla de sujeito na ciência da informação (RABELLO, 2013b).

Uma acepção particular do último tema será abordada aqui em maior detalhe relacionando-a no âmbito de agências informacionais. O texto está estruturado em duas seções centrais. A primeira seção traz um preâmbulo sobre desafios informacionais e teóricos para o campo da ciência da informação. A segunda apresenta três concepções de agência informacional na ciência da informação – comportamento, prática e ação – identificando aspectos convergentes e divergentes e sinalizando que o construto “ação de informação” tem auspiciado novos objetos de estudo para o campo ao considerar, dentre outros aspectos, uma noção ampla de sujeito no bojo de diferentes formas de agência informacional.

Desafios informacionais e teóricos

O ainda recente cenário que emerge tem se apresentado como contraponto aos padrões perseguidos de previsão e antecipação dos fenômenos informacionais. Esse novo cenário tem demonstrado que os padrões de positividade almejados, quando se considera estritamente a lógica dos sistemas controláveis, apresentam fragilidade e podem ser questionados. As transformações vivenciadas com as atuais possibilidades de disseminação, de acesso e de uso de informação, propiciadas com as inovações tecnológicas – mormente encarnadas numa variada gama de dispositivos de *hardwares* e de *softwares* e, sobretudo, com o advento da Web – têm subsidiado tal questionamento.

A World Wide Web ou WWW ou Web tem se apresentado como espaço a ser explorado considerando a atratividade entre as dimensões subjetiva e social de informação, sobretudo no tocante às novas formas de interação e intervenção proporcionadas por esse ambiente digital e em rede. A rapidez com que as mudanças informacionais vêm incidindo na produção e nas formas técnicas e tecnológicas de acesso a bens e serviços informacionais tem levado pesquisadores da ciência da informação a refletir sobre a necessidade de se construir um arcabouço teórico que acompanhe o fenômeno e as distintas formas de agências informacionais envolvidas.

A Web se apresenta como um espaço virtual que permite distintas formas de inter-relação de conteúdos, de fluxos de informação, em canais ou fontes de informações em justaposição mediante interconectividade hipertextual. O hipertexto – texto em formato digital – possibilita a reunião e/ou a interseção de informações

que podem estar dispostas em blocos de nota, palavras, imagens e sons. Essas informações podem ser acionadas referencialmente e por demanda por intermédio da interconexão de *hyperlinks* ou *links*. Uma das peculiaridades dessa forma de interconexão é que o hipertexto principal é realimentado, estendido e complementado pelos conteúdos interligados ou constitutivos de outros hipertextos. A Web se constituiu como o sistema mais conhecido e propagado onde se operacionalizam interconexões hipertextuais em rede.

A difusão e a inserção da Web no cotidiano e nos relacionamentos pessoais e profissionais têm aberto caminho para pensar aquilo que se convencionou chamar cultura digital. O traço cultural marcante tem sido a manutenção ou a potencialização de comportamentos que por vezes se confundem àqueles fora do ambiente virtual, mas que, por sua vez, tendem a adquirir particularidades diante da sensação de “liberdade” proporcionada na Web. Ademais, as iniciativas de superação de barreiras de acesso à informação, antes delimitados num determinado espaço-tempo, tem encontrado na Web um lugar de destaque. Nesse lugar, as pretensões de domínio completo de quem ou sobre quem acessa a informação têm sido minimizadas, bem como as pretensões de antecipação e de previsão têm se tornado, nalguma medida, objeto de indagação.

Por conseguinte, a multidimensionalidade e a virtualidade da Web constituem um canal difuso. Nele, a ideia de controle tem o sentido, muitas vezes, redimensionado ante a dificuldade de se definir um público-alvo que fará uso da informação. Com efeito, a emergência de um ainda recente modelo sociotécnico admite a existência de uma “audiência não planejada”, de difícil controle, bem como a necessidade de mudança

de postura dos profissionais que detinham a quase exclusividade da intermediação e do controle do acesso e uso da informação. Com isso, pode-se dizer que a aceção de “audiência não planejada” da Web tem impactado as instituições públicas e privadas de intermediação da informação, de pequeno ou relativo poder econômico.

No campo da ciência da informação, há a necessidade de trazer luz aos mecanismos socioculturais relacionados ou decorrentes a interesses políticos e/ou econômicos, sobretudo naqueles que têm impacto direto em políticas de informação. Isso porque a carência de estudos dessa ordem no campo tem aberto caminho para interpretações que atribuem ao aparato tecnológico e aos sistemas o caminho definidor para a compreensão dos fenômenos envolventes, por exemplo, na relação homem-máquina.

A contínua inovação tecnológica e a aparente impossibilidade de compreensão das formas de funcionamento de estruturas técnicas contemporâneas, segundo argumenta Sassen (2007), tende a abrigar interpretações que consideram, por exemplo, o caráter estrito da mensuração da intensidade do impacto da tecnologia, mas sem captar os elementos característicos das variabilidades de novos domínios interativos e das forças intencionais envolvidas.

Por exemplo, há de se perguntar em que medida existe controle ou intencionalidade dos produtores de conteúdos ou dos arquitetos das infraestruturas a partir das associações possíveis, calculadas, nos enlaces permitidos com os *hiperlinks*. Em texto produzido com o objetivo de “compreender as condições de liberdade numa sociedade de amplo acesso à informação digital em redes cibernéticas”, Parra (2014) lança

a hipótese, de inspiração foucaultiana, de que a mediação das novas tecnologias ocorre como exercício de poder, algo que problematiza a ideia de “audiência não planejada”. Nas palavras do autor,

[...] o funcionamento da rede depende da combinação de diversas camadas de hardware (da infraestrutura física da rede até os computadores individuais) e *software* (do sistema operacional, firmwares, aplicações de usuários até interfaces humano-máquina), os atores responsáveis por cada uma dessas camadas competem entre si pela tomada de controle estratégico no interior deste ecossistema. Atualmente, assistindo à corporatização da Internet, o surgimento de grandes jardins murados (Facebook, Twitter...), pra utilizar a feliz expressão de Tim-Berners Lee, que se soma à computação em nuvem. Ambas as tendências retiram o controle do usuário sobre sua máquina e seus dados e o transferem a novos aparatos de controle centralizado.

Emerge daí a leitura da tecnologia como “caixa-preta” que escamoteia conteúdo e é inacessível ao entendimento operacional por aqueles que não são especialistas no domínio tecnológico ou daqueles que são os próprios mentores ou produtores dos dispositivos de registro proprietário. Como resultado, encontram-se iniciativas investigativas voltadas especificamente para a previsão do comportamento dos sujeitos e para os impactos tecnológicos ou do sistema, assim como direcionados ao aperfeiçoamento de sistemas, de tecnologias ou de produtos e serviços de informação.

Orientam-se, muitas vezes, por concepções causa-efeito das relações sociais, nas quais o raciocínio adotado segue a lógica das relações sistêmicas escalares, ou seja, em cadeia, podendo desconsiderar, por exemplo, as diferentes variáveis subjetivas e sociais orientadas

por objetivos estratégicos de ordem política e econômica, além das disposições mutáveis e multiescalares que a estrutura relacional em rede admite, qual seja: interligação entre pontos e “nós”, formando uma espécie de “teia” ou “malha” que prescinde de um centro ou de movimentos ou trajetos previsíveis, algo que, conforme argumentado, não exclui a possibilidade do cálculo e do controle a partir de estruturas previamente arquitetadas com possibilidades associativas e interativas direcionadas a audiências particulares.

Há espaço, por conseguinte, para a realização de investigações que considerem a informação como um fenômeno social. Conforme mencionado, essa perspectiva tem aberto portas para a construção de novos objetos de pesquisa à luz das referidas variáveis e estados multiescalares em rede. Permite, além disso, a relação de objetos tradicionais com novas realidades, abrindo o leque de abordagens, arejando e trazendo novos questionamentos ao quadro teórico consolidado na ciência da informação.

Essa perspectiva teórica que emerge juntamente com as inovações sociotécnicas tem se beneficiado de interpretações que deslocam a posição central da tecnologia ou do sistema e assumem como objeto os processos interativos e interventivos dos sujeitos, onde a tecnologia apresenta posição instrumental. Há de se considerar, por sua vez, a condição não neutra da tecnologia, dos agentes e das instituições que manuseiam os aparatos técnicos.

Da perspectiva dos interesses econômicos de grandes corporações, as tecnologias que têm a Web como meio são centrais e estratégicas, pois agregam valor simbólico a partir da atuação de especialistas

e, sobretudo, dos sujeitos que interagem na rede e que atuam como produtores de conhecimento e de conteúdo, assumindo, mesmo inconscientemente, a condição de mercadoria e de vetores para a ação de empresas em mercados variados.

Essa perspectiva revela que a transcendência da compreensão estrita voltada aos impactos dos sistemas ou das tecnologias poderá desvelar entremeios sociotécnicos (econômico, político e cultural) nos quais sobressaem contextos especializados e culturas mediadoras que auxiliam a apreensão das diferentes formas de relações sociais. Abre-se caminho não apenas para pensar o papel dos sujeitos e a interação destes com os sistemas e os objetos tecnológicos, mas para as distintas conformações de regimes informacionais.

Nessa direção, Sassen (2007) aponta para a contribuição dos estudos sociais da tecnologia para a identificação das características das variabilidades do impacto, assim como para a investigação das permanências e modificações conforme o rearranjo das formas sociais interativas propiciadas pelas tecnologias e pelas culturas mediadoras.

Nesse horizonte alternativo, o sujeito e sua agência informacional poderão ser objeto de análise tanto numa perspectiva mais estrita, no bojo do comportamento e das práticas em relação a uma tecnologia, a um sistema ou a uma instituição informacional, como a partir de um ponto de vista mais amplo, podendo inscrever aquelas agências de modo complementar e transversal às ações influenciadas sob o signo de dessemelhantes pretensões de validade e de modos de validação da informação, ou seja, em relação aos aspectos internos e externos das ações orientadas pela dimensão social ou pragmática da informação.

Agência informacional: comportamento, prática e ação

Serão apresentadas três perspectivas de agência que resultam em concepções distintas de sujeito em relação com a informação. A primeira delas, comportamento informacional, foi proposta por Tom Wilson e corresponde à concepção que, conforme destacaram Pettigrew, Fidel e Bruce (2001), tem obtido grande aceitação. A segunda, prática informacional, foi proposta por Reijo Savolainen como uma alternativa àquela abordagem. Tanto comportamento como prática informacional são concepções orientadas pelo pressuposto do sistema e dos sujeitos a ele interagentes. Uma terceira perspectiva – ação de informação – foi proposta pelos autores Gernot Wersig e Gunther Windel. A concepção originária de ação também partiu de uma noção estrita à relação sujeito e sistema de informação, mas passou a ganhar matizes mais amplos a partir da interpretação e da adaptação do conceito realizada por Maria Nélide González de Gómez.

As três concepções, em graus e enfoques diferentes, permitem pensar a noção de sujeito na ciência da informação de modo a contribuir para a construção teórica sobre os fenômenos informacionais e sociotécnicos hodiernos. Numa direção, as concepções de comportamento informacional, de Wilson, e de ação de informação, de Wersig e Windel, o aspecto cognitivo assume posição norteadora. Noutra, as concepções de prática informacional, de Savolainen, e de ação de informação, de González de Gómez, o aspecto social das relações entre sujeitos é orientador.

Faz-se oportuno mencionar que essas formulações têm recebido a influência ou têm efetivamente se referenciado pela tradição da “teoria social”, sendo ancoradas por plataformas epistemológicas bem definidas. Dentre os autores citados, apenas Wilson parece minimizar a influência das ciências sociais, conquanto admitisse, na construção de seu conceito de comportamento, o diálogo com a epistemologia positivista e, principalmente, com a fenomenologia sociológica de Alfred Schutz (WILSON, 2002). Além de Wilson, outros autores, como Fisher e Julien (2009), têm defendido que a obtenção de maior reconhecimento social dos estudos de comportamento informacional demandaria a reivindicação de um corpus teórico independente dos domínios das ciências sociais.

Como acepções de agência informacional decorrem da relação social entre sujeitos, estudos inseridos na tradição da “teoria social” podem trazer (e têm trazido) subsídios tocantes à ação do sujeito em sociedade, sobretudo após as contribuições da “teoria da ação” de Max Weber. Com vistas a contribuir para a reflexão sobre a noção de sujeito na ciência da informação e sobre a informação como fenômeno social, serão apresentados aspectos das bases teórico-conceituais relacionados a cada perspectiva de agência abordada, apresentando introdutoriamente ou indicando o instrumental teórico da “teoria social” que vem sendo utilizado por autores da ciência da informação em suas respectivas concepções de agência.

Comportamento *versus* prática informacional: aparente dicotomia

O debate entre Reijo Savolainen e Tom Wilson²⁰ sobre o livro *Everyday Information Practices*, de autoria do primeiro, é pertinente por sugerir o profícuo espaço a ser explorado no campo da ciência da informação, em diálogo com as ciências sociais, para a construção conceitual referente às acepções de prática informacional e comportamento informacional.

Conforme ressalta Savolainen, o principal argumento contrário ao termo comportamento (*behaviour*) refere-se ao caráter restritivo sugerido pela abordagem “comportamentalista” ou behaviorista. Por essa razão, Savolainen admite sua preferência à prática mais do que ao comportamento.

Entretanto, para o autor, o fato de a abordagem behaviorista ter sido superada na filosofia não representa o argumento principal para o questionamento da credibilidade do conceito comportamento informacional de Wilson. Nessa direção, Savolainen argumenta que a crítica ao behaviorismo desenvolvida por Schutz, a partir de um conceito amplo de comportamento, se aproxima do entendimento empregado por Wilson que também concebe comportamento de forma ampla. Ambos os autores caracterizam comportamento pela forma com a qual as pessoas agem no mundo em dimensões, num só tempo, cognitivas e sociais.

Embora identifique que na abordagem comportamental tenha como uma das limitações o enfoque causa-efeito apoiado na ideia de estímulo – numa perspectiva que desconsidera outros fatores como valores,

²⁰ THE BEHAVIOUR/PRACTICE DEBATE: a discussion prompted by Tom Wilson’s review of Reijo Savolainen’s *Everyday Information Practices: a social phenomenological perspective*, Lanham, MD: Scarecrow press, 2008, *Information Research*, v.14, n.2, paper 403. 2009,

interesses e normas que mediadamente podem influir e orientar as formas habituais de preferências informacionais –, Savolainen postula que sua crítica ao conceito comportamento informacional refere-se à carência de conceituação do termo no contexto de busca, recuperação, uso, compartilhamento, organização e gestão da informação. Admite, contudo, que seu principal interesse “[...] encontra-se na caracterização positiva de práticas de informação composta por específicas ações de informação”²¹, diferenciando-se, portanto, de definir prática de informação como um modo de comportamento, conforme sugere Wilson. Para Savolainen, aquela prática pode ser entendida em si mesma como um objeto de estudo próprio.

O relacionamento entre comportamento habituado e prática de informação, sugerido por Wilson – direcionado para o entendimento da forma pela qual o comportamento informacional se torna habitual – foi considerado relevante por Savolainen. Nesse caso, Savolainen conjectura que a ação parece ser um componente tanto do comportamento como da prática. A expressão comportamento humano, usada por Wilson – que se refere à forma pela qual as pessoas agem no mundo, em dimensões cognitivas e sociais – pode ser substituída, segundo Savolainen, pela expressão prática informacional, sem haver grande mudança no sentido e no resultado final sugerido pelo conceito, já que comportamento e prática foram empregados considerando o mundo empírico da vida cotidiana.

²¹ “[...] lies in the positive characterization of information practices composed of specific information actions.” (tradução minha).

De acordo com Savolainen, a ideia de que a prática pode ser definida como comportamento habituado capta muito bem o fato de que as práticas são relativamente estabelecidas e constituídas, às vezes, em ações de rotina. Pontua, todavia, que as práticas podem também incorporar elementos ou ações não rotineiras. Segundo explica o autor, as práticas não são necessariamente compostas de hábitos congelados a partir de ações habituais. Nessa perspectiva, a definição de prática como comportamento habituado pode restringir o seu significado.

Savolainen conclui, portanto, que comportamento e prática informacionais são conceitos intimamente relacionados. Tais acepções incorporam elementos comuns, como ação, mas não são redutíveis um ao outro. Os conceitos são complementares, pois enquanto a noção de comportamento atrai fortemente a tradição da psicologia (ou psicologia social), a de prática é atraída pela tradição sociológica (Bourdieu, Giddens) e da filosofia social (Schutz, Schatzki, Wittgenstein).

Diante do impasse para definir a melhor conceituação do fenômeno, Savolainen atenta para a relevância de estudos conceituais para esclarecer o significado de comportamento e de prática na condição de conceitos-chave de modo a esclarecer as relações e complementaridades e as semelhanças e diferenças. O estabelecimento de um “autorretrato” da pesquisa em informação, ou seja, do seu “estado da arte”, parte do pressuposto de não se definir rigorosamente tais conceitos, haja vista as variedades de abordagens na psicologia, na sociologia e na filosofia.

Em resposta às considerações de Savolainen em relação à suposta dificuldade de definição decorrente da natureza genérica dos conceitos comportamento, ação, atividade e prática, Wilson assinala que o conceito

comportamento, tomado como objeto, seria o conceito mais genérico no âmbito das denominadas “ciências comportamentais”, algo que o leva a desconsiderar a existência de outros campos, como as ciências da ação ou as ciências da prática.

Wilson defende que ação e prática são elementos do comportamento, sendo prática um modo do comportamento humano que congrega atividades cognitivas, físicas e sociais. A falta de consenso ou os problemas semânticos intrínsecos sugeridos por Savolainen, a partir da teoria das atividades ou das ações, decorrem, segundo afirma Wilson, das diferenças ideológicas e modas sob as quais as ciências humanas e sociais estão propensas.

Embora Savolainen admitesse que as limitações do behaviorismo não constituem o principal motivo para minar a credibilidade do conceito de comportamento informacional, em favor do conceito de prática, na leitura de Wilson, Savolainen fundamenta-se em tais limitações para construir sua linha argumentativa.

Em relação à crítica sobre o suposto caráter restrito do conceito estímulo, mesmo Wilson admitindo não ser adepto do behaviorismo, defende que estímulo tem uma conotação mais ampla do que aquela apresentada por Savolainen, pois nela a aprendizagem, os valores e as normas sociais desempenham um papel fundamental. Assim, o indivíduo não seria uma espécie de organismo isolado, não influenciado pela sociedade. O processo de aprendizagem estaria envolvido por processos sociais e cognitivos. Dessa forma, os fatores desencadeantes defendidos no âmbito da prática por Savolainen seriam equivalentes ao estímulo no âmbito behaviorista. Tais conceitos estariam, segundo pontua Wilson, profundamente enraizados em cada um dos discursos.

A associação sugerida por Savolainen de comportamento à psicologia e de prática à sociologia (Bourdieu, Giddens) levou Wilson à seguinte ponderação: a posição que converge com a proposta de prática de Bourdieu pode ser rejeitada por muitos sociólogos, cientistas políticos e antropólogos sociais hodiernos, haja vista que foi criada na década de 1970 por aquele autor e corroborada entre outros, como Schutz, Schatzki para combater a ortodoxia comportamentalista da época²².

Para Wilson, a teoria da prática tende a ficar mais confusa quando se tenta opor o conceito de prática ao de comportamento. Nesse caso, sob a concepção de Bourdieu – “criador” do estudo das práticas sociais – a prática aparece como derivação dos conceitos “capital” e “habitus social”. No desdobramento de tais estudos, enquanto Giddens pensa as práticas estruturadas na sociedade, Bourdieu e Foucault buscam a forma de realização da prática, sendo que, para o primeiro autor, o corpo é usado na realização de uma prática e, para o segundo, a prática molda o uso do corpo.

A partir do questionamento sobre qual dos conceitos seria mais apropriado para ser instrumentalizado, Wilson provoca Savolainen argumentando sobre a impossibilidade de resposta imediata, haja vista que o trabalho empírico de Savolainen tenha sido realizado no âmbito da sociologia fenomenológica, utilizando o conceito de prática sem ter uma função analítica. Segundo sublinha Wilson, os resultados das pesquisas de Savolainen fornecem apoio adicional a tudo que foi anteriormente realizado como explorações de comportamento

²² Para Savolainen, os estudos de Bourdieu e Giddens não visavam deliberadamente se opor ao conceito de comportamento, mas estavam interessados em renovar a teoria sociológica, propondo concepções tais como “habitus” e “estruturação”.

informacional; ou seja, para o autor, o estudo sobre a prática informacional seria uma continuidade dos estudos do comportamento. Nesse sentido, apesar de Wilson conceber que os conceitos de prática e de comportamento estejam relacionados, ele não os associa como aspectos de um mesmo fenômeno.

Wilson defende que o único “fenômeno comum” seria o comportamento humano, nos quais as ações subjacentes – cognitivas, físicas e sociais – levariam às atividades. A busca de informação, por exemplo, seria uma atividade imersa numa variedade de ações para realizar a tarefa ou operação. Além disso, o autor exemplifica comentando que, após o advento da Web, identificam-se ações até então não existentes, como fazer *logon*, entrar com um termo de busca etc. Já no período anterior à Web, as ações consistiam em visitar a biblioteca, localizar o resumo de um artigo, buscar informação num índice de assunto, anotando números de itens em papel, procurando os números de itens, registrando itens potencialmente relevantes etc.

Assim, Wilson destaca que, se as “unidades elementares de comportamento” forem concebidas como o conjunto de unidades de uma atividade organizada, conforme postula Bourdieu, estabelecer-se-ia uma semelhança/proximidade da “teoria prática” com a “teoria da atividade”. Nas palavras de Wilson, seria necessário “[...] examinar algumas representações da teoria da prática; há uma semelhança muito próxima da teoria da atividade”²³.

²³ “[...] examining some representations of practice theory, there is a very close resemblance to activity theory.” (tradução minha).

Entretanto, Wilson afirma que em Bourdieu e em outras formulações sociológicas, a relação entre prática e atividade habitual é limitada às determinações e às atividades socialmente sancionadas ou aos aspectos implícitos dos costumes sociais.

Na leitura de Wilson, a teoria e a prática estariam associadas a partir do seguinte pressuposto: as práticas seriam características de rotinas e hábitos. Nesse raciocínio, enquanto as práticas de trabalhos/tarefas estariam relacionadas a rotinas, as práticas diárias se relacionariam aos hábitos e ao comportamento individualmente construído.

A partir desse esquema, a associação postulada por Savolainen entre práticas e elementos não rotineiros, segundo compreende Wilson, não constituiria uma questão importante. Isso porque, segundo o autor, como todos os aspectos do comportamento humano, rotinas e hábitos humanos são maleáveis.

Com esse modelo, segundo Wilson, não haveria oposição de prática e comportamento. O comportamento constituiria a totalidade da atividade humana na sociedade, enquanto, no nível individual, as práticas seriam as agregações de rotinas e/ou hábitos em relação à realização de algum objetivo. Práticas sociais, em contrapartida, seriam discutidas em termos de como as estruturas da sociedade resultam da prática.

De acordo com Wilson, se a noção de determinação social ou sanção for empregada, provavelmente o objeto será abordado num nível superior de agregação com vistas a compreender como os nossos relacionamentos com as informações são construídos e qual o papel que desempenham na sociedade.

Sem conceber a oposição entre prática e comportamento, Wilson admite que, para que a prática seja utilizada como um conceito analítico, o conceito deve ser definido rigorosamente, mesmo que provisoriamente, visando a auxiliar determinada investigação. Antes disso, para o estudo de questões como o papel da informação nas rotinas de trabalho, as mudanças na informação habitual, entre outras, não poderão ser realizadas propondo a substituição da palavra comportamento pela palavra prática.

Em resposta a Wilson e admitindo a contribuição dos aspectos apontados pelo autor, Savolainen argumenta que o significado dos conceitos comportamento e prática informacional ainda necessitam de esclarecimento, sobretudo para a apreensão das semelhanças e diferenças semânticas e de sobreposição ou convergência de significados.

Sobre o prisma conceitual de “guarda-chuva” – no qual Wilson atribui ao comportamento a posição de conceito abarcador –, Savolainen compreende que há a necessidade de transcender a análise puramente terminológica ou controle de definições mediante uma reflexão de natureza discursiva dos conceitos (sobre a sua origem e legitimidade). Esse aspecto, segundo o autor, foi abordado em maior profundidade em seu trabalho denominado “Information behavior and information practice: reviewing the ‘umbrella concepts’ of information-seeking studies” (SAVOLAINEN, 2007).

Nesse sentido, para o autor, o conceito não seria entendido como uma construção semanticamente neutra, pois a definição de conceitos baseia-se em vários discursos ideologicamente empregados para persuadir sujeitos falantes de modo a garantir a legitimação do conteúdo positivo criado. Assim, ambos os conceitos (comportamento e prática) não seriam “ideologicamente inocentes”, pois incorporam o poder discursivo de nomear/legitimar.

Quando Wilson defende o caráter genérico de comportamento, ele faz uso do recurso classificatório para legitimar o conceito de modo a deslocar para um segundo plano a prática como um elemento ou modo do comportamento. Nessa formulação, parte-se do pressuposto de que comportamento informacional é razoavelmente mais estabelecido em estudos de informação do que o conceito adversário, no caso, prática informacional.

Conforme observa Savolainen, tanto as teorias do comportamento como as teorias da prática estão longe de ter uma coerência definitiva. Desse modo, os mesmos questionamentos direcionados por Wilson à prática também cabem ao comportamento.

Ademais, Savolainen pontua que os estudos como os de Schatzki fornecem uma estrutura útil para a conceituação de práticas de informação cotidianas. Savolainen admite que não considera sensato substituir prática por comportamento neste contexto. Logo, tanto o conceito comportamento como prática informacional pode ser construído legitimamente sem haver a redução de um pelo outro.

Savolainen considera que Wilson fornece exemplos construtivos para definir a prática em si, como atividade habitual. Todavia, para Wilson, embora comportamento e prática não estabeleçam oposição, os conceitos apresentam estatuto teórico diferente, sugerindo a sobreposição do estatuto do primeiro conceito sobre o segundo, devido ao suposto caráter mais genérico daquele. Isso remete, segundo Savolainen, ao já comentado exercício de poder para nomear.

Sobre a alegação de Wilson da necessidade de definição prévia do conceito prática informacional como uma categoria analítica, Savolainen ressalta que a mesma condição valeria para a aceção comportamento informacional. Essa atitude teoricamente cautelosa deveria ser tomada, como postula Savolainen, antes que qualquer um desses conceitos, ou outros, sejam tomados como dado. O autor sugere a necessidade de uma atitude autorreflexiva e crítica para a definição e justificação de conceitos, independentemente da escolha do conceito que reflita melhor seus compromissos metateóricos e metodológicos.

Desse fértil debate entre Savolainen e Wilson se identificaram duas propostas metateóricas para o estudo dos fenômenos necessidade: busca e uso da informação. Além disso, inferiu-se que tais análises podem ser um ponto de partida para situar o usuário de informação como um ator social, conceito este desenvolvido a partir da concepção de ação social, ambos construídos no âmbito das ciências sociais, mais especificamente, no bojo da “teoria social”.

Interpretando comparativamente as construções teóricas de Savolainen e de Wilson, é possível inferir que a concepção de usuário de informação como ator social aparece de maneira explícita na construção de prática informacional, haja vista que o conceito de prática é concebido no contexto sociológico e se apresenta de modo “relutante” ou menos evidente no entendimento de comportamento informacional.

A referida “relutância” decorre da não aceitação dos pressupostos logrados pelas ciências humanas e sociais e na filosofia ou do anseio de Wilson de pensar sua teoria estando pretensamente independente daqueles campos, haja vista o suposto caráter negativo atribuído

pelo autor à grande variedade de abordagens existente na psicologia, na sociologia e na filosofia²⁴.

Nesse sentido, Wilson busca a adesão às suas ideias defendendo que o objeto comportamento seria o mais adequado para os estudos de necessidade, busca e uso de informação, algo que resultaria, segundo o autor, do distanciamento às diferenças ideológicas e aos supostos “modismos” sob os quais as ciências humanas e sociais, assim como a filosofia, estão propensas. Tal caráter “não científico” daquelas ciências corroboraria a falta de consenso para problemas semânticos intrínsecos entre comportamento e prática.

Argumentos dessa ordem sugerem suspeita pretensão, pois, além de não situar a ciência da informação sob o espectro daquelas ciências, as premissas levam a entender que a sua construção teórica independe delas, mesmo estando ciente de que a informação seja um fenômeno social e de fazer referência, por exemplo, a conceitos propostos pelo sociólogo Bourdieu. Essa postura de Wilson induz a pensar, ademais, que as construções teóricas produzidas no âmbito da ciência da informação estariam desprovidas e isentas dos problemas atribuídos às ciências humanas e sociais e que, portanto, a ciência da informação seria um espaço supostamente “mais científico”, com pressupostos que gozam de maior objetividade.

A polarização sugerida no diálogo trouxe algumas orientações que auxiliam a visualizar o lugar ou o ponto de partida dos autores para

²⁴ Faz-se oportuno destacar que esse caráter negativo atribuído por Wilson foi concebido de forma distinta por Savolainen, que considera que a referida variedade de abordagens seja profícua e produtiva para a construção teórica dos conceitos em debate.

a formulação de suas concepções de agência e de sujeito, malgrado as duas abordagens não tenham se diferenciado em substância na medida em que partem do pressuposto ôntico dos elementos e dos atores envolvidos no sistema de informação:

- ***a abordagem de comportamento informacional*** defendida por Wilson foi mais bem visualizada na ocasião em que o autor argumentou a necessidade de considerar o comportamento informacional como conceito abarcador, enfatizando, por sua vez, a necessidade do estudo das rotinas estebelecidas com a interação do usuário com o sistema. Tal ênfase decorre da concepção de que as rotinas comporiam padrões significativos passíveis de passar pelo escrutínio dos profissionais de informação para compreender os processos de organização, disseminação, busca, recuperação, uso, enfim, auxiliar no processo global de gestão da informação. A noção de prática – tal como concebida por Savolainen, ou seja, que situa a informação num nível sociológico mais amplo – não teria, segundo Wilson, função teórica aplicável no nível das rotinas e, por esse motivo, seria inválida;

- ***a abordagem de prática informacional*** corroborada por Savolainen concebe a agência dos sujeitos que utilizam a informação de modo habitual, sendo influenciada por valores, interesses e normas expressas socialmente, não se limitando aos padrões de rotina. Para o autor, as rotinas seriam apenas parte do conjunto de práticas habituais que podem ser percebidas tanto no seu nível mais genérico, como no nível de agências específicas. Com base no construcionismo social, o autor apreende o sujeito no âmbito dos processos de busca e uso da informação, sendo estes construídos de modo dialógico num contexto social (SAVOLAINEN, 2007). Como as práticas, nessa concepção, são

sociais, ou seja, decorrem ou são influenciadas por interações sociais entre membros de uma comunidade, estas se sobressaem às ideias e aos motivos individuais, abrangendo e transcendendo os enfoques do comportamento, da ação e das habilidades, quando apreendidos monologicamente.

Ação de informação: da centralidade do problema à consideração da validação

Na literatura da ciência da informação é possível identificar outros estudos que também consideram perspectivas particulares de agência informacional situando-as no bojo da “teoria social”, algo que igualmente vem auxiliando a identificar a posição do sujeito ante a produção de sentido e/ou de conhecimento. Esse foi o caso da instrumentalização de aspectos da teoria habermasiana para a proposição da acepção de ação de informação. Esse conceito foi inicialmente proposto em 1985 por Wersig e Windel e reinterpretado e adaptado em 1999 por González de Gómez.

O conceito de ação de informação de Wersig e Windel (1985), segundo os próprios autores, foi originalmente proposto como uma alternativa à abordagem comportamental normativa que desconsidera a relação do contexto subjetivo com os fatos da vida cotidiana, bem como com os fatores sociais, econômicos e culturais. A ação, nesse caso, seria instrumentalizada para a resolução de problemas, ou seja, para a solução de situações de necessidade de informação, considerando aspectos sociais, mas, sobretudo, subjetivos.

Essa concepção tem como ponto de partida aspectos da “teoria da ação comunicativa” do filósofo alemão Jürgen Habermas, resgatando, particularmente, elementos teóricos que aproximam as ações instrumentais meio-fim e as consideram para viabilizar a apreensão dos estados da ação para o seu tratamento com finalidade aporética. Assim, na abordagem proposta, os processos envolvem elementos estruturais, inclusive psicológicos, estratégicos, comportamentais e culturais, os quais poderão ser descritos, analisados e compreendidos como segmentos de um fator subjacente: um problema.

Para os autores, mais importante do que o estudo da “necessidade de informação” – abordada pela vertente do comportamento informacional – é a investigação da “situação da necessidade” ou da “situação-problema”. No processo de resolução de problemas, parte-se do pressuposto da existência de um problema, com elementos e soluções alternativas que podem ser suficientemente descritos, e de um “solucionador de problemas”, que age intencional e racionalmente.

A relação entre sujeito e problema ocorre, em primeiro lugar, com a “cognição do problema” por meio de uma questão individual, levando-se em consideração as estratégias pessoais e as soluções escolhidas. A “cognição” não significa a “resolução” do problema, mas auxilia na apreensão das possibilidades para que o problema possa ser sanado, ou seja, ajuda a redefinir a forma de busca de resolução ou a estratégia de ação.

As variáveis envolvidas no processo de resolução do problema foram denominadas por Wersig e Windel (1985) “tratamento do problema” e resultam da apreensão de que o conhecimento externo será influente nas

atividades de informação ao desvelar as influências nos modos de ação. Dentre os aspectos citados, merecem destaque a oferta de alternativas, as escolhas, os fragmentos de conhecimento internalizados e os valores/motivos (conscientes ou inconscientes).

Deduz-se, portanto, que enquanto a concepção tradicional de “resolução de problemas”, derivada da relação causal de “necessidade-comportamento”, apresenta uma relação mais estática, o “processo de tratamento de problema” revela uma relação mais dinâmica, flexível e realista. Esse processo prevê a definição do problema e a escolha de estratégias/fases para solucioná-lo, considerando as seguintes variáveis:

- **situação atual do organismo:** situação atual do usuário (desejos e aspirações);
- **estados passados do organismo :** história pessoal do indivíduo;
- **sistema de preferências:** valores, opiniões, atitudes, dentre outros aspectos; e
- **potencialidades:** cognitivas, afetivas, estéticas, dentre outras.

À luz do reconhecimento de existência de diferentes fases do processo de “tratamento do problema”, Wersig e Windel (1985) propõem caracterizá-las como “estados”. Os “estados” seriam padrões estáveis num período de tempo que podem ser observáveis de tal sorte que possibilitem a visualização dos espaços de transição entre diferentes fases do “tratamento”. Do quadro de relacionamento entre “estados” apontado pelos autores, as “necessidades de informação” (tradicionais) apresentam-se como recursos necessários para a “estratégia de tratamento do problema” (natureza informativa), sendo divididas em necessidades estratégicas, primárias e secundárias.

Tais tipos de necessidades situacionais formam o quadro dos estados da ação composto pelas etapas que, de modo simplificado, podem ser descritas como “resolução de problemas”, identificação do “papel descentralizado da informação”, “tratamento do problema” e identificação do “papel auxiliar da informação”.

Considerando a relação dinâmica entre “problema” e “informação”, os autores concebem as ações informacionais como formas instrumentais para a intermediação da informação, em que os estados do processo de tratamento, da natureza do problema e dos recursos disponíveis serviriam para auxiliar na formulação de problemas, de estratégias e de metas num sistema de informação.

Novamente, a compreensão de aspectos cognitivos de quem usa a informação é considerada de maneira estratégica para aperfeiçoar o tratamento e a organização da informação num sistema – realizado pelo profissional de informação – para que o usuário possa utilizar o produto a ser intermediado. Tais estratégias subsidiam os estudos da ação do usuário, considerando os problemas externos. Nesses termos, os problemas externos corresponderiam à dimensão social dessa concepção situacional de ação de informação.

A releitura de ação de informação proposta por González de Gómez (1999) enfoca, por sua vez, as ações de informação na esfera comunicativa teorizada por Habermas, ou seja, que considera o entendimento mútuo dos participantes da ação. Além de transcender a dimensão do uso e do sistema de informação, essa interpretação ultrapassa a esfera governamental e estatal numa acepção de política de informação que articula uma rede de atores humanos e não humanos, formando

aquilo que Bernd Frohmann (1995), numa interpretação foucaultiana, denominou regimes de informação. González de Gómez (2003, p.61) interpreta “regime de informação” como:

[...] o modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder. Um “regime de informação” se desdobra, logo, em um conjunto mais ou menos estável de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, por muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.

Nesse cenário, tais ações foram apresentadas levando em conta a assimetria nas arquiteturas que modelam os diferentes estratos da informação, determinada por associações de ordem semântica e comunicativa, perpassando a diversidade de ações sociais que encontra correspondência em contextos culturais e históricos variados e chegando a esferas tecnológicas e infraestruturais. Tendo em vista esse contexto amplo, a informação pode ser concebida como fenômeno, processo ou construção vinculada a variadas camadas ou estratos, identificadas em linguagens, suportes e formas diversas, bem como em instâncias e organizações reguladoras e direcionadoras de fluxos, de produtos e de formas de intermediação.

Com efeito, os valores ou testemunhos informacionais, diante das diversas camadas e de atos seletivos e decisoriais, se constituiriam pela sobredeterminação da “indecibilidade estrutural” da informação. A imprevisibilidade de uma estrutura *a priori* decorre de atos eletivos de sujeitos ou de grupos sociais com vistas à tomada de decisões, sejam eles explícitos e formais ou tácitos e informais. Ademais, as ações de informação, segundo González de Gómez (1999, p.4), “[...] estipulam qual é o caso em que a informação é o caso.” Assim, o estado da informação será definido por uma ação metainformacional que antecede a informação constituída e é orientada por regras produtivas e articuladoras. No plano da metainformação obedece-se a determinantes cognitivos e práxis preferenciais conduzidas por regras.

Para demonstrar o caráter estratificado da informação, foram apresentados modelos, regras e contratos cuja relação tem contribuído para construções gnosiológicas em teorias da ação com implicações sociais tocantes às esferas da ética e da política, como é o caso das teorias da ação de Bourdieu e de Habermas. Segundo González de Gómez (1999), seria necessário examinar a relação entre ações sociais e ações de informação mediante uma teoria própria no campo da ciência da informação. Esse foi o argumento para a instrumentalização do texto de Wersig e Windel (1985), na medida em que ele oferece subsídios que privilegiam uma abordagem situacional e não unicamente psicológica do conhecimento, por meio da ideia de “estados da ação”, nos quais os discursos podem ser apreciados.

Entretanto, ao considerar as formas de legitimação introduzidas pela teoria da ação comunicativa de Habermas, na qual a vinculação no processo comunicativo é concretizável a partir da relação entre dois ou mais sujeitos falantes, numa discursividade transparente e assegurada por condições ideais de comunicação, a concepção de ação de González de Gómez (1999), conforme comentado, se direciona aos atos da fala voltados ao entendimento mútuo entre os sujeitos; ou seja, a concretização do diálogo resultaria não do discurso em si, mas dos modos de organização de contextos de ação.

O plano transcendental da regulamentação prático-discursiva pode estar presente nas ações cotidianas, no âmbito da ação coordenada ou coletiva, sem haver a negação nem a pressuposição da totalidade simétrica das condições de comunicação. Essas condições pragmático-comunicativas, para Habermas, estariam situadas antes na esfera da ética do discurso do que nas lógicas das verdades.

Contudo, a nova dinâmica comunicativa ampliada no plano tecnológico traz outras questões éticas que fogem do universo ideal simétrico proposto por Habermas. Nessa direção, González de Gómez (1999) salienta que mesmo Wersig e Windel (1985) já haviam observado que “[...] a teoria da ação comunicativa, como teoria social acerca da natureza e modalidades da ação social em sua dimensão intencional e comunicativa, não aborda as novas relações e interferências geradas pelas tecnologias de comunicação e informação.”

Além do universo tecnológico e da produção social de máquinas e serviços, outros aspectos podem afetar a esfera comunicativa e de transmissão de saberes culturais, algo que, segundo Wersig e Windel (1985), tem

corroborado para a transcendência da dicotomia infraestrutura e superestrutura. Outros aspectos abordados podem dificultar, segundo González de Gómez (1999), a compreensão de processos comunicativos em situações que escapam do contexto ideal habermasiano.

Dentre essas situações destacam-se aquelas orientadas segundo o comportamento, podendo ser traduzidas em ações polimórficas e/ou mimeomórficas. As ações polimórficas correspondem à variedade de comportamentos para a execução de uma ação na mesma situação. As ações polimórficas podem interagir ou se expressar mediante ações mimeomórficas que se caracterizam por serem realizadas sem a compreensão da ação. A interação com uma tecnologia de maneira automática ou instantânea, quase “sem pensar”, seria um exemplo de ações mimeomórficas.

Outro fator decisivo é a complexidade dos sujeitos, concebidos como atores sociais e gnosiológicos. O “ator gnosiológico” seria o ator social que atua diretamente com a produção e transmissão de conhecimento – além dos exemplos citados: cientista, pesquisador e tecnólogo, outros sujeitos podem ser acrescentados a esse cenário, como educador, editor, gestor, autor etc. – cuja ação formativa é a ação de informação. Sua ação transcorre em situações próprias e pontuais num contexto onde são criados e aceitos certos valores de informação em situações que demandam processos sociais de arbitragem.

Os conceitos apresentados por González de Gómez (1999) foram construídos considerando não apenas a ação – coletiva e individual, intencional, autorreferente e autogerida – pressuposta no plano ideal comunicativo habermasiano, mas também se referenciando

no contraponto oferecido pelas abordagens pós-estruturalistas, cujas interpretações visam revelar o caráter velado e opaco das configurações das ações e relações sociais, em favor de contextos relacionais e heterogêneos.

O aspecto relacional trazido por esse referencial permitiu a González de Gómez (1999) discorrer sobre sistema, rede e dispositivo como conceitos influentes ao caráter estratificado das ações de informação:

- ***estrato do sistema*** – refere-se a uma estrutura com um centro e que é produto da expressão de um projeto organizacional. As partes do sistema, pela centralidade estrutural dele, são interdependentes pela equifinalidade e unicidade da definição das suas funções. A modificação de funções das partes, pela rigidez do sistema, pode ocasionar relações conflitivas. Em contraponto, a rede se caracteriza por sua flexibilidade, podendo suportar muitos projetos sistêmicos justapostos;

- ***estrato da rede*** – carece de um centro, que o remeteria às partes, ou de uma equifinalidade, que seria responsável pela organização das funções e das partes. Esse estrato prevê mais de uma linha ligando o mesmo ponto ou “nó”, em algo que seria fácil de imaginar, por exemplo, relacionando a rede com a forma de uma “teia” ou de uma “malha”. Qualquer movimento na rede afeta seu conjunto de modo imprevisível. Sem haver uma dependência linear ou funcional, a multidirecionalidade da “teia” reserva a característica de a rede ser local e global num só tempo;

- ***estrato dos dispositivos de informação*** – pressupostos na documentação reunida de antemão e que traz a memória das ações de informação, bem como os instrumentos dispostos pelo ambiente cultural. Esse estrato possibilitaria a criação de instrumentos e meios

para sua relação e disponibilização mediante artefatos informacionais (dimensão material, tangível).

A inter-relação entre os estratos “sistema”, “rede” e “dispositivos” formaria os espaços de atuação de “regimes de informação”. Esses espaços de atuação política e ética influenciariam, com efeito, a intervenção e o comportamento de atuação dos sujeitos nos estratos informacional ou semântico e metainformacional ou infraestrutural. Esse seria um *locus* fundamental para o processo de validação de informações e de metainformações:

- ***estrato informacional ou semântico*** – proposto ante uma flexibilidade interpretativa cujas variáveis encontram-se nas motivações das práticas, das trocas de ideias, das divergências, das disputas, influenciando, por exemplo, a produção de modelos teóricos e técnicos e de tecnologias. Tal flexibilidade perpassaria pelas formas contemporâneas de “regimes de informação” que, em tese, condicionam e antecipam as ações de informar e de buscar informação, bem como de definir algo como informação. Tal antecipação encontra *locus* nas redes prático-discursivas que se orientam por critérios de validação, em normas e em regras. Além disso, os artefatos de informação, depreendidos do processo de produção documental, também trazem consigo elementos que justificariam a validade informacional;

- ***estrato metainformacional ou infraestrutural*** – “[...] onde se estabelecem as regras de sua interpretação e distribuição, especificando o contexto onde uma informação tem sentido” (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 1999, p.9). São regras e regulamentações constituídas por diversas

instâncias ou práticas documentais cujas ações constituem mecanismos de conformação e controle.

Como observado, o conceito cunhado por Wersig e Windel (1985) se aproxima das ações de ordem instrumental, as quais se valem do escrutínio de estados da ação para a provisão de recursos informacionais, numa dimensão estrita e marcadamente aporética no âmbito dos sistemas. A dimensão social, nessa concepção, se restringe às influências externas atribuídas ao usuário que apresenta um problema, também interpretado por Dervin (2003) como “lacuna” (gap) informacional, ou ao profissional de informação, cujo papel central é de solucionar tal lacuna. Noutras palavras, para Wersig e Windel (1985) a ação efetiva perpassa pelo desígnio do profissional encarregado de interpretar os aspectos sociais e, principalmente, cognitivos do usuário para a avaliação de problemas relacionados aos estados da ação e às situações de necessidade para saber se estão ou não em conformidade com as provisões de recursos (produtos e serviços) ofertados, disponíveis ou relacionados com um sistema.

Complementarmente a essa dimensão, o caráter estratificado das ações de informação demonstra que o conceito de ação foi elaborado tomando por base aspectos da fundamentação da ação propriamente comunicativa, transcendendo-a ao considerar o terreno da política e da ética também aderente à dimensão tecnológica e ao somar dimensões discursivas que influenciam ou são influenciadas durante as ações no âmbito de tais domínios.

Nessa direção, a ampliação conceitual de sujeito na ciência da informação proposta por González de Gómez (1999) foi elaborada

tendo como resultado a transcendência da dimensão “sistêmica” estrita à ação de uso (realizada pelo usuário) ou ao tratamento, intermediação e gestão (realizada pelo profissional de informação). Nesse caso, a autora considerou o sujeito que se inscreve histórica e socialmente nas relações com outros sujeitos, podendo, em tal interação, validar, utilizar a informação e, por conseguinte, produzir conhecimento em ações que, ao perpassar as demandas comunicativas aderentes a regimes informacionais, poderão ser apreciadas por teorias debruçadas sobre a apreensão e o escrutínio de situações pragmáticas particulares.

Se, por um lado, as formas de agência relacionadas diretamente ao sistema estão consolidadas como objeto na ciência da informação, por outro, a agência de “validação” tem se apresentado como um objeto relativamente recente. A ação do sujeito que valida a informação – tendo implicações a diferentes agentes – tem auxiliado a compreender a noção de sujeito no modelo teórico que emerge na ciência da informação, sobretudo por se constituir como uma ação que antecede ou pode ser concomitante às demais formas de agências informacionais.

Faz-se oportuno demonstrar, nesse momento, alguns pressupostos da teoria comunicativa de Habermas que preveem ações visando alguma “pretensão de validade”. A ação de informação pressupõe condições particulares à intermediação da informação entre sujeitos no bojo de diferentes estratos informacionais. O vínculo entre sujeitos seria estabelecido mediante enunciação de “pretensões de validade”, cujas questões subjacentes podem passar por processos de inteligibilidade, explicação/justificação, retidão normativa e autenticidade/veracidade de enunciados.

Tais processos podem ser acionados por quem enuncia uma “pretensão de validade” com vistas a preencher asserções ou demandas de validade requisitadas para a aceitação do enunciado. A vigência plena das pretensões a serem validadas somente ocorre no caso de uma distribuição simétrica das oportunidades de comunicação. A situação ideal de comunicação, anteriormente relativizada por González de Gómez (1999), pressupõe condições de igualdade entre emissores e receptores, estando ambos isentos de formas de constrangimentos externos ou de coações internas à própria dinâmica comunicativa.

Segundo Habermas (2010), as ações a serem validadas devem cumprir critérios de aceitabilidade que, num nível pragmático, cumprem função de coordenação dos atos entre os participantes da interação. Em tais critérios, dois comandos, ou imperativos, devem ser considerados: condições de satisfação, responsáveis pelo reconhecimento de pressupostos verdadeiros para o preenchimento de uma demanda imperativa, e condições de sanções, conexões responsáveis por sancionar externamente o ato de modo a permitir sua aceitação.

Conforme salientou González de Gómez (1999), as condições expostas trazem elementos para pensar as ações de informação. Enquanto as condições de satisfação inclinam-se às condições básicas das “pretensões de validade” do ato informacional, as condições de sanções remetem alguns atributos externos os quais os sujeitos dispõem para a “validação da informação”.

A propriedade de os atos poderem ser validados e revalidados considera a reflexividade dos sujeitos sobre as intenções ou “pretensões de validade”, bem como a identificação das regras pelos participantes mediante o compartilhamento de significados simbólicos apreendidos durante a interação.

Seguindo os passos de Habermas (2010), infere-se que as ações de informação podem ser contextualizadas na condição de “pretensões de validade” ao se articularem com as dimensões de:

- **Compreensibilidade** – associa a ação à pretensão e ao conteúdo simbólico para que possa ser entendida, pressupondo um esforço interpretativo do sujeito que conduza a uma clarificação semântica, bem como o domínio dos agentes de uma mesma linguagem.
- **Correção** – pretensão que prescinde de sentido de existência, se as normas válidas estiverem pressupostas às ações de informação e estas não puderem ser justificadas.
- **Sinceridade** – pretensão que se refere a todas as manifestações que, num sentido restrito, possam ser designadas por expressivas que refletem, no caso das ações de informação, o compromisso ético, por exemplo, durante a intermediação da informação.
- **Verdade** – pretensão que pode estar associada à legitimidade da ação de informação que dependerá do estado das coisas.

A “teoria consensual da verdade”, segundo Habermas (2010), seria o instrumento para o processo de validação e revalidação das “pretensões de validade”, demandando a aprovação dos participantes em interação. Nesse caso, as ações de informação, se pensadas sob os pressupostos da teoria sobredita, teriam êxito se as “pretensões de validade” e a “validação da informação” alcançassem um consenso razoável, ou de fundo, por meio de um processo comunicativo sem perturbações. Nesse hipotético cenário ideal, a ação de informação, compreensível, verdadeira, sincera e passível de ser corrigida, seria validada pelos sujeitos mediante a sua

aceitabilidade e o reconhecimento das condições de satisfação de uma situação de necessidade de informação.

Os pressupostos de “pretensões de validade” e de “validação” têm se apresentado como um terreno fértil para a modelagem conceitual das ações de informação e do sujeito informacional na ciência da informação. Nos últimos anos, a “validação de informação” tem sido estudada e problematizada nessa disciplina, considerando distintos contextos e abordagens.

Segundo González de Gómez (2011), os enfoques investigativos influentes destinados ao escrutínio da “validação de informação” na ciência da informação têm sido os dedicados aos tipos e características de fontes de informação (estudos de credibilidade), aos instrumentos metainformacionais (estudos de qualidade, precisão) e aos meios de transmissão da informação (estudos de confiabilidade). Entretanto, a concepção ampla de sujeito e de ação de informação tem aberto margem para outras preocupações que transcendem àquelas direcionadas aos elementos que compõem o sistema. Assim, além do julgamento da relevância para a provisão de recursos, outros estudos têm aberto caminho a enfoques e questionamentos que auxiliam a pensar a ação dos sujeitos quando, antecipando-se do uso da informação, atribuem preceitos validativos à informação.

Na própria investigação de González de Gómez (2011), por exemplo, são consideradas as mudanças ocorridas no universo da ciência e tecnologia que têm alterado ou influenciado o filtro discursivo dos produtos da pesquisa científica, especificamente no processo de validação, de priorização ou de excelência do conhecimento.

A autora parte da hipótese de que os fóruns híbridos, os projetos transdisciplinares e as possibilidades comunicativas e interativas advindas com a Web 2.0 podem trazer importantes indícios para a compreensão da emergência de novas culturas epistêmicas no campo da ciência, bem como novas maneiras de abordar a questão da validade e da validação da informação.

No estudo realizado por Figueiredo (2011), foi utilizado o conceito wittgensteiniano de “semelhança de família” para construir um quadro com uma nuvem de significados que orbitam a questão da “validade de informação”. Naquele quadro, a autora identificou esforços conceituais e significados por vezes justapostos aos conceitos “credibilidade”, “autoridade cognitiva” e “qualidade” da informação. Apresentam-se, a seguir, as aproximações conceituais identificadas por Figueiredo (2011, p.61-65) a partir das categorizações de Rieh e Belkin (1998) e Rieh (2002) relativas às três expressões investigadas:

- ***Credibilidade da informação*** – estudos dessa natureza tiveram início na década de 1950 liderados pelas áreas de psicologia e comunicação. Um ponto de convergência entre os estudiosos é que a credibilidade se configura como uma qualidade percebida, não sendo encontrada no objeto ou na pessoa. Investigações dessa ordem centram-se na percepção humana de avaliar a credibilidade de um objeto. Dentre as dimensões que contribuem para a avaliação da credibilidade, destacam-se as dimensões primárias, ou cerne, dos estudos que envolvem a idoneidade ou confiabilidade e experiência ou perícia; e as dimensões secundárias, que fazem parte do julgamento do receptor e influem na percepção da credibilidade, com a atratividade da fonte e o seu dinamismo.

- **Autoridade cognitiva** – estudos dessa natureza pressupõe o reconhecimento de autoridade de alguém ou de algo diante de atributos informativos diversos. A autoridade cognitiva das fontes de informação pode ser atribuída mediante testes externos para o reconhecimento da autoria, confiança no indivíduo ou grupo produtor; ou reconhecimento do editor, confiança nos elementos envolventes à editoração e à comunicação científica, como editora, periódico, patrocínio da publicação, processo de revisão por pares; ou reconhecimento do tipo de documento ou de quem são os compiladores, confiança, por exemplo, num dicionário renomado; ou reconhecimento do conteúdo de um texto, confiança mediante a leitura.

- **Qualidade da informação** – estudos que abordam a questão da qualidade da informação são numerosos e variados, trazendo por vezes critérios teóricos ou empíricos de julgamentos de informações. Diante da diversidade de abordagens, reconhece-se a dificuldade de se propor uma definição, embora seja recorrente a aplicação de critérios para avaliação da informação na condição de fonte documental. O reconhecimento da qualidade nesses termos seria um caminho rumo a uma delimitação do conceito, haja vista que a avaliação da fonte documental pode trazer ao usuário indícios que culminem em filtros e aperfeiçoamentos do processo de seleção da informação encontrada durante a busca.

No contexto pragmático assinalado, a possibilidade de validação de ações de informação – subentendida nos conceitos “credibilidade” e “qualidade” da informação – pode ser pensada em aderência ao conceito “autoridade cognitiva” de modo a levar ao escrutínio dos estados e estratos das ações e dos aspectos externos e internos envolvidos em regimes informacionais dessemelhantes, abrindo margem para investigar, ainda, a validação da informação no âmbito de “comunidades epistêmicas”.

Em estudo preliminar, González de Gómez (2003) sinalizou o amplo espectro dos regimes de informação nos quais as redes têm se estabelecido como *locus* onde as informações são produzidas, geridas, organizadas e transferidas em processos que auxiliam a construção das noções de sujeito. Conforme já assinalado, tais noções são consubstanciadas em “[...] diferentes produtores, por muitos e diversos meios, canais e organizações, [em] diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.”

Noutro artigo dedicado ao construto “regime de informação”, González de Gómez (2012) pôde construir um rol de dispositivos investigativos a serem acionados para o estudo das especificidades das configurações e dos estados sociotécnicos da informação. A autora estende tais estados à transversalidade de relações e de interações em esferas como as da cultura, da economia, da educação, da comunicação, da pesquisa científica e da vida cotidiana. Nessa direção, González de Gómez apresentou o universo e os pontos de partida, demarcando contextos metainterpretativos com a intenção de investigar a multiplicidade e a transversalidade de ações de informação, não se limitando em positivar o conceito a uma única perspectiva. Além disso, argumentou que há, em tais regimes, a relação de pluralidades de atores, práticas e recursos e a transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação.

O pressuposto de convivência de distintos regimes informacionais tem trazido luz ao entendimento ou à possibilidade de investigação na ciência da informação de fenômenos que envolvem diferentes forças sociais, as quais têm influenciado ou pressionado o desenvolvimento de ações políticas em países com vistas à regulamentação e/ou controle da Internet. Um dos desafios postos à ciência da informação

consiste em identificar, analisar e interpretar o quadro ramificado da atuação dessas forças sociais no domínio da informação. Isso porque hodiernamente não é possível passar imune ou não se atentar a aspectos de governança global e de política de informação que envolvem infraestruturas básicas – como a Internet – que englobam vários sistemas de informação.

A ciência da informação, nesse caso, encontra terreno fértil não apenas para estudar os sistemas em si – dimensão tradicional –, mas também as variáveis que podem envolver a ação dos sujeitos em diferentes níveis. Essa ampliação de interesse ganha concretude, sobretudo, nas ações que vêm interferindo não apenas nas formas de intermediação, mas também vêm afetando a dimensão da ética e da política, emaranhadas, muitas vezes, por interesses econômicos. Complementarmente a uma dimensão teórica interna, que envolve insumos e serviços de informação, bases de dados, *softwares*, bibliotecas, centros de documentação, arquivos automatizados, dentre outros, percebe-se a necessidade da ampliação de estudos que consideram uma dimensão externa, por vezes definidora e restritiva, abarcando instâncias políticas ou conglomerados econômicos que podem intervir em iniciativas como *e-science* e acesso aberto, dentre outras.

Se inúmeras formas de intermediação institucional da informação perpassam a Web, logo, toda e qualquer mudança nos modos de organização, circulação e compartilhamento da informação nessa infraestrutura tende a afetar, de maneira multiescalar, aquilo que hoje se concebe como cultura digital e cultura de intermediação de informação. Um aspecto importante e em eminência tocante à busca de mudança das regras da Internet pode ser observado no exemplo

da existência de oligopólios que defendem interesses antagônicos quanto à liberdade de circulação e de compartilhamento de informação na rede mundial de computadores.

De um lado, encontram-se os interesses do pujante setor dos provedores de conteúdo – “indústria dos direitos autorais” – abrangendo produtos cinematográficos, musicais, editoriais, *software*, dentre outros. Esse setor defende a proibição de uso de propriedade intelectual sem a licença do detentor dos direitos autorais, influenciando, no plano político, a criação de legislação específica e tentativa de sua aprovação – como no caso da proposição das leis *Stop Online Piracy Act* (Sopa) e *Protect IP Act* (Pipa), nos Estados Unidos, e da Lei dos Cybercrimes ou Lei Azeredo, no Brasil – todas implicando, nalguma medida, o controle, a vigilância, a quebra de privacidade e a criminalização de práticas de compartilhamento, sendo questionadas por atingir e/ou criminalizar o usuário da rede, bem como por exceder direitos civis.

Noutra direção, encontram-se os interesses de corporações também influentes, mas favoráveis à circulação e compartilhamento de informação, sendo estes mais bem visualizados no bojo das empresas provedoras de acesso e conexão (setor de telecomunicações) ou daquelas provedoras de aplicação, se estendendo a diferentes formas de atuação, como em serviços *on-line* (Google), em redes sociais (Facebook e Twitter), em entretenimento (YouTube, iTunes) e em serviços tecnológicos (serviços de armazenagem, de comércio eletrônico etc.). Para essas empresas, a não proibição e o não policiamento da circulação e do compartilhamento de informação na rede mundial – ou seja, a manutenção da Internet em seu estado original – favorece a realização e expansão dos negócios. Isso porque, nesse caso, argumenta-se que

quanto maior o uso, a circulação e o compartilhamento de informação, maior o número de conexões, maior o aprimoramento da infraestrutura e maior a comercialização de produtos e serviços oferecidos *on-line*.

A aprovação do Marco Civil da Internet brasileiro em 2014, após consultas públicas, trouxe luz ao complexo processo de negociação que envolveu não apenas os Poderes Legislativo e Executivo, as pressões corporativas e de instâncias do Estado, mas também contou com a participação da sociedade civil organizada (PARRA, 2014). A aprovação do Marco Civil em sua regulamentação estabeleceu a manutenção da estrutura original da Internet, algo que beneficiou os interesses das corporações favoráveis à circulação e compartilhamento de informação e que foi considerado uma conquista por parte dos mencionados movimentos da sociedade civil organizada, por se aproximar aos anseios defendidos por esses grupos de democratização da comunicação e de liberdade de expressão na rede.

Ainda assim, as mencionadas corporações favoráveis à circulação e ao compartilhamento de informação se beneficiam, em diferentes estratégias, do controle e/ou monitoramento de acesso à informação com fins econômicos. Nesse caso, são criados algoritmos e robôs com vistas a rastrear interesses de consumo, auxiliando a modelar a “pronta entrega” de propagandas de produtos e serviços, identificando nichos de mercado, descobrindo e/ou criando tendências de consumo. Os interesses informacionais dos usuários da rede – concebidos como potenciais clientes/consumidores – são capturados e mapeados a partir da despreocupada ou despreocupada interação do sujeito com a Web, na ocasião em que utiliza, por exemplo, ferramentas de busca ou redes

sociais. O controle, nesse caso, está a serviço da promoção ou criação de novas necessidades de consumo. Portanto, no contexto das grandes corporações que atuam de modo finalístico na Web, as formas de previsão de acesso e comportamento de interação dos usuários/clientes têm papel central. A obtenção de dados dessa ordem pode favorecer, igualmente, o controle político, quando, por exemplo, o Estado se apropria e instrumentaliza informações obtidas pelas empresas ou cria mecanismos próprios de obtenção de dados para monitorar ou reprimir supostos opositores ou cercear direitos.

No ano de 2013 alguns fatos notórios ilustram tais determinações. O administrador de sistemas e ex-analista da Agência de Segurança Nacional (NSA, em inglês) dos Estados Unidos – Edward Joseph Snowden – revelou ao mundo, mediante os jornais *The Guardian* e *The Washington Post*, a espionagem realizada por aquela agência em comunicações e tráfego de informações em rede de diversos países, sobretudo europeus e latino-americanos, mediante diferentes *software* e tipos de escutas e interceptações. Ao passo que as revelações deixaram diversas nações indignadas com a violação dos direitos humanos e da soberania dos países, firmados em tratados internacionais, o governo dos Estados Unidos acusou Snowden de roubo de propriedade do governo, comunicação não autorizada de informações de defesa nacional e comunicação intencional de informações classificadas como de inteligência para pessoa não autorizada. Os países espionados, dentre eles o Brasil, o México e a Alemanha, investigam a colaboração de grandes corporações – como Google, Yahoo!, Facebook, Microsoft, Paltalk, Skype, YouTube, AOL e Apple, dentre outras – que possivelmente teriam colaborado com o fornecimento de informações de seus usuários à NSA.

Considerações finais

A linha argumentativa empregada buscou diferenciar abordagens de agência e identificar possíveis caminhos para pensar a noção de sujeito no campo da ciência da informação. Ao considerar o sujeito como ser histórico, influenciado, portanto, pelo ambiente no qual está inserido e pela relação com outros sujeitos, observou-se variedade de agências informacionais cujos diferenciais podem ser positivados de modo a auxiliar a compreensão do processo de produção de sentido e do contexto de intermediação, de produção, de consumo e de apropriação de conhecimento. O alargamento das concepções de agência e de sujeito pode abranger as seguintes abordagens:

- **Tradicional ou “sistêmica”** – pressupostas nas noções de profissionais de informação, cujas agências tendem a se restringir ao tratamento (organização e representação), à gestão e à intermediação da informação, e de usuários, sujeitos que acessam, recuperam e utilizam a informação. Tais agências admitem, portanto, a imprescindibilidade desses sujeitos aderentes, em diferentes posições, aos sistemas geridos por instituições intermediadoras. Essas agências se apresentam escalares, ou seja, traduzem-se em processos cuja linearidade pretendida é operada por uma lógica que prioriza o controle das causas para a previsão dos efeitos. As referidas agências passam pela definição e pela prática instrumental do profissional, “arquiteto” e/ou gestor do sistema, que define a intermediação, os tipos e as formas de circulação e de acesso aos instrumentos e às fontes, assim como projetam o fluxo informacional com o qual o usuário – receptor – receberá insumos ou usufruirá de serviços, podendo este usuário interpretar ou atribuir sentidos particulares

aos resultados de tal provisão. Geram-se, com efeito, recursos com os quais é possível compreender o funcionamento do sistema, permitindo obter subsídios e estratégias para o seu aperfeiçoamento.

- **Pragmática ou “emergente”** – reconhece a informação como fenômeno social à luz dos vínculos e formas sociotécnicas de interação e intervenção informacional. Nesse caso, as agências se apresentam multiescalares, podendo envolver atores humanos e não humanos, redes sociais, em seu entendimento amplo, e infraestruturas e tecnologias diversificadas. Em meio a tal complexidade, há o reconhecimento da difícil tarefa de compreender o sujeito como ator informacional e sua agência, isto é, de entender os estados e os estratos da ação. Isso porque tal ator, além de estar inserido em determinado contexto social, também corrobora para a definição de estados e situações informacionais que influenciarão a sua própria ação e, reciprocamente, as de outrem, sendo concomitantemente influenciados por práticas informacionais específicas e que geram comportamentos informacionais particulares. Não apenas a dimensão comunicativa, mas a dimensão política e ética, influenciadas por interesses econômicos, tem perfilado a atuação de sujeitos e de coletivos em distintos regimes informacionais, demandando novos desafios para a compreensão dos fenômenos e interesses envolvidos.

Desse panorama, chegou-se a um modelo teórico em construção na ciência da informação cujos interesses trazem contrapontos ou transcendem algumas limitações presentes no quadro teórico tradicional. Portanto, o desafio que se coloca consiste em compreender estados interacionais aderentes às formas de relações cujos espaços de operação têm se configurado em regimes informacionais.

Nessa direção, a ciência da informação tem edificado ou encontrado terreno fecundo num quadro interpretativo pragmático ou social que não tem desconsiderado as conquistas teóricas e metodológicas obtidas por outros campos do saber também debruçados sobre questões sociais, como é o caso da sociologia, da ciência política, da antropologia, da economia, da história, da educação, da comunicação, do direito, dentre outras disciplinas, além da filosofia.

Nesse contexto, os estudos das agências informacionais e dos regimes de informação têm demonstrado que o sujeito pode ser analisado tanto de um prisma mais amplo como de uma perspectiva estrita. Num horizonte amplo, as ações de informação e seus estratos e as relações informacionais em sociedade poderão ser analisadas, por exemplo, em termos de validação da informação e do conhecimento sem necessariamente considerar *a priori* o sistema e seus elementos. Num horizonte estrito, *locus* do quadro teórico tradicional, a ciência da informação continuará a se debruçar sobre a investigação do comportamento informacional no âmbito dos sistemas, permitindo a criação de abordagens alternativas à concepção que privilegia, nalguma medida, os aspectos cognitivos, como é o caso dos estudos sociais das práticas informacionais.

Referências

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. *Ci. Inf.*, v.32, n.3, p.21-27, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CAPURRO, R. *Epistemologia e Ciência da Informação*, [S.l.:s.n.], 2003. Disponível em: <www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 30 out. 2005.

_____. ; HJØRLAND, B. O conceito de informação. *Perspect. Ci. Inf.*, v.12, n.1, p.148-207, 2007.

DERVIN, B. Sense-making methodology: communicating communicatively with campaign audiences. In: DERVIN, L. F.-W.; LAUTERBACH, E. (Ed.). *Sense-making methodology reader: selected writings of Brenda Dervin*. Cresskill: Hampton Press, 2003. p.232-249.

_____. ; NILAN, M. Information needs and uses, *ARIST*, v.21, p.3-33, 1986.

FIGUEIREDO, M. F. *Busca e validação da informação imagética na Web*. 2011. 108p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.

FISHER, K.; JULIEN, H. Information Behavior. *ARIST*, v.43, p.317-358, 2009.

FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. *Proceedings...* Edmonton: Alberta, 1995. Disponível em: <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/Documents/TAKING%20INFORMATION%20POLICY%20BEYOND%20INFORMATION%20SCIENCE.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. *Da validade da informação à validade dos conhecimentos: inventariando recursos, normas e critérios*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq para obtenção de bolsa PQ.

_____. O caráter seletivo das ações de informação. *Informare*, v.5, n.2, p.7-35, 1999. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/126/1/GomezInformare1999.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

_____. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. *Ci. Inf.*, v.32 n.1, p. 60-76, 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/131>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. *Inf. & Soc.:Est.*, v.22, n.3, p.43-60, 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

_____. ; GRACIOSO, L. Ciência da informação e a ação comunicativa no cenário Web. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007. *Anais...* Salvador: ANCIB, 2007. p.1-15.

HABERMAS, J. *Fundamentação linguística da Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2010. (Obras escolhidas de J. Habermas, v.1.).

_____. *O que é pragmática universal*. In: HABERMAS, J. *Racionalidade e comunicação*, Trad. Paulo Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 1996.

PARRA, Henrique Z. M. Tendências democráticas e autoritárias nas tecnologias de comunicação digital em redes cibernéticas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, [versão preliminar-29/08/2014]. GT04 - Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8857&Itemid=456>. Acesso em: 13 nov. 2015.

PETTIGREW, K. E.; FIDEL, R.; BRUCE, H. Conceptual frameworks in information behavior. *ARIST*, v.35, p. 43-78, 2001.

RABELLO, R. *Usuário, informação e ciência e tecnologia: aspectos comunicativos e institucionais em um modelo sociotécnico emergente*. Brasília: IBICT, 2012. Relatório final de pesquisa de pós-doutorado.

_____. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. *Perspect. Ci. Inf.*, v.18, n.4, p.152-184, 2013a. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1735>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

_____. Noções de sujeito em modelos teóricos na Ciência da Informação: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto. *Inf. & Soc.:Est.*, v.23, n.3, p.57-71, 2013b. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/15144>>. Acesso em: 7 fev. 2014.

RIEH, S. Y. Judgment of information quality and cognitive authority in the Web. *JASIST*, v.53, n.2, p.145-161, 2002.

_____. ; BELKIN, N. J. Understanding judgment of information quality and cognitive authority in the WWW. In: ANNUAL MEETING OF AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE, 61., 1968. *Proceedings...* [S.l.: s.n.], 1968. Disponível em: <<http://rieh.people.si.umich.edu/~rieh/papers/asis98.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2014.

_____. ; DANIELSON, D. R. Credibility: a multidisciplinary framework. *ARIST*, v. 41, p. 307-364, 2007.

SASSEN, S. *A construção do objeto de estudo digitalizado*. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: IBICT; UNESCO, 2007. p.35-55.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the 'umbrella concepts' of information-seeking studies. *Library Quarterly*, v.77, n.2, p.109-132, 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Poder e anonimato na sociedade de controle*. In: _____. ; JOSGRILBERG, Fabio B. (Org.). *Tensões em rede: os limites e possibilidades da cidadania na Internet*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012, v. 1, p. 109-123.

THE BEHAVIOUR/PRACTICE DEBATE: a discussion prompted by Tom Wilson's review of Reijo Savolainen's *Everyday Information Practices: a social phenomenological perspective*. Lanham, MD: Scarecrow Press, 2008. *Information Research*, v.14, n.2, paper 403, 2009.

WEBER, M. *Ação social e relação social*. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p.139-144.

WERSIG, G.; WINDEL, G. Information Science needs a theory of 'information actions'. *Social Science Information Studies*, v.5, p.11-23, 1985.

WILSON, T. Models in information behaviour research. *Journal of Documentation*, v.55, n.3, p. 249-270, 1999.

_____. Human information behavior. *Informing Science Research*, v.3, n.2, p. 49-55, 2000.

_____. Alfred Schutz, phenomenology and research methodology for information behaviour research. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SEEKING IN CONTEXT, 4., *Anais...* Lisboa: Universidade Lusíada, 2002. Disponível em: <<http://information.net/tdw/publ/papers/schutz02.html>>. Acesso em: 3 mar. 2010.

Subject and informational agencies: behavior, practice and action

Considering contemporary informational demands, informational agency approaches are related in order to bring light to conceptions of subject in information science. Aspects that transcend the intermediary context concerning the information system are identified, which starts by assuming strict actors as information professional and user, in order to admit other influential subjects in informational policies and who act in different information regimes. Thus, contemporary informational and theoretical challenges are considered and informational agencies (behavior, practice and action) are investigated, identifying convergent and divergent aspects. It is observed that the “information action” construct has presented itself as an alternative that has entailed new objects of study, such as the validation of information in the light of the different informational strata, by considering, among other aspects, a broad notion of subject and the coexistence of different forms of informational agency.